

Entrevista

Refletindo sobre a profissão de historiador: entrevista com a Profa. Dra. Marieta de Moraes Ferreira

Reflecting on the profession of historian: Interview with Dr. Marieta de Moraes Ferreira

Mauro Dillmann¹
maurodillmann@hotmail.com

Francisco de Assis de Sousa Nascimento²
franciscoufpi@gmail.com

A Professora Marieta de Moraes Ferreira é Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense, tendo realizado estágio doutoral pela *École des Hautes Études* e pela Universidade de São Paulo. É professora titular de História do Brasil da Universidade Federal do Rio de Janeiro, atual coordenadora nacional do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória) e Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Além disso, é coordenadora do programa de livros didáticos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e diretora executiva da Editora FGV. Já ocupou cargos importantes em outras instâncias institucionais relevantes na área de História, como a de editora responsável da *Revista Brasileira de História*, a de presidente da Associação Brasileira de História Oral, a de presidente da *International Oral History Association* e a de diretora do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas. Sua produção historiográfica é extensa, dinâmica e amplamente reconhecida nacional e internacionalmente. Seus trabalhos versam sobre importantes campos historiográficos, como a História Política, a História do Tempo Presente e o Ensino de História, além de consideráveis reflexões sobre Memória e História Oral. Seus livros, seus textos e seus artigos são, hoje, respeitáveis referências. Destacamos alguns, entre autorais e organizados: *História do tempo presente* (Ferreira e Almeida, 2014), *A História como ofício* (Ferreira, 2013), *Aprendendo História: Reflexão e ensino* (Ferreira e Franco, 2013), *Memória e identidade nacional* (Ferreira, 2010), *João Goulart: entre a memória e a história* (Ferreira, 2006) e *Usos e abusos da História Oral* (Ferreira e Amado, 1996).

Foi numa manhã quente do verão carioca, terça-feira, 26 de janeiro de 2016, que a professora Marieta Moraes nos recebeu alegre e carinhosamente na sua confortável sala de trabalho, na Fundação Getúlio Vargas. Em quase duas horas de entrevista, a professora falou de sua trajetória de formação, de pesquisa e de ensino, além de realizar amplas e profundas reflexões sobre a regulamentação

¹ Professor Adjunto do Instituto de Ciências Humanas e da Informação e do Programa de Pós-Graduação em História (Mestrado Profissional) da Universidade Federal do Rio Grande. Av. Itália, km 8, Bairro Carreiros, 96203-900, Rio Grande, RS, Brasil.

² Professor Adjunto IV do Centro de Ciências Humanas e Letras e atual Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Av. Universitária, lado ímpar, sala 372, Ininga, 64049-550, Teresina, PI, Brasil.

da profissão do historiador – especialmente a partir da última redação do Projeto de Lei –, mencionando ainda sua opinião sobre a recente Base Nacional Curricular Comum (<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>), em discussão no Brasil.

Mauro Dillmann (MD) e Francisco de Assis de Sousa Nascimento (FASN): Professora, em primeiro lugar, poderia nos falar um pouco a respeito da sua trajetória acadêmica, de sua formação profissional e de suas experiências de ensino e de pesquisa?

Marieta de Moraes Ferreira (MMF): Inicialmente eu não pensava em estudar História. Nasci no Rio de Janeiro, mas morei muitos anos em Nova Friburgo, uma cidade da serra fluminense. Não pensava em ter a História como carreira. Mas quando eu vim para o Rio de Janeiro para estudar, para cursar a Universidade, comecei a me interessar por História, muito influenciada por um grande professor de História, o professor Ilmar Mattos, num cursinho pré-vestibular. E aí acabei fazendo vestibular para a UFF, onde fiz minha graduação; lá também fiz o mestrado; também na UFF entrei na primeira turma do doutorado; muitos anos depois fiz pós-doutorado na França, na *École des Hautes Études*, em Paris. Então, a minha formação foi toda mesmo na área de História. Os trabalhos profissionais que tive: inicialmente comecei como professora da Educação Básica, como a maioria das pessoas que se forma nas licenciaturas. Depois, meu primeiro emprego de pesquisa foi na Casa de Rui Barbosa; fiz um concurso e fiquei trabalhando lá uns três anos; entrei em 1975 e fiquei lá até 1978, como pesquisadora. Aí, num dado momento houve a possibilidade de me candidatar a pesquisadora do CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas. E me apresentei para trabalhar no *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*; trabalhei vários anos no *Dicionário*. E aí foi um momento importante da minha carreira porque até então eu tinha me fixado em estudar o século XIX, inclusive a minha Dissertação de Mestrado foi sobre comissários de café no Rio de Janeiro; depois, quando fui para a Casa de Rui Barbosa, comecei a trabalhar com a Primeira República, pois eles tinham um Núcleo de desenvolvimento de estudos sobre a Primeira República. E quando eu vim para o CPDOC é que eu comecei a envolver na pesquisa, sobre História Política e História Contemporânea do Brasil. E no CPDOC eu trabalhei de 1978 até 2012, foram muitos anos trabalhando no CPDOC. Eu desenvolvi várias atividades como pesquisadora, depois eu fui coordenadora do Programa História Oral e fui diretora do CPDOC durante muitos anos, durante seis anos, para ser precisa. E, nessas atividades, eu desenvolvi muitos

temas de pesquisa; em grande parte, eu trabalhei com História Política do Rio de Janeiro e também trabalhei com historiografia e metodologia.

MD e FASN: E publicou muitos livros?

MMF: Sim, publiquei vários livros, vários artigos, especialmente nessa área de História Oral, pois, quando fui coordenadora do Programa História Oral do CPDOC, acabei me aproximando da área de História Oral, onde organizei vários eventos e vários trabalhos. E acho que uma coisa que foi importante foi a participação na criação da Associação Brasileira de História Oral; havia um grupo de pesquisadores e eu, digamos, liderei esse grupo no sentido de que a gente pudesse construir uma associação. E hoje eu fico muito feliz de ver que essa entidade se manteve e cresceu com novos pesquisadores, com novas temáticas. Foi uma área em que eu investi muito. E depois, como desdobramento da História Oral no Brasil, acabei tendo uma série de atividades na História Oral Internacional. Participei de vários congressos e fui membro da *International Oral History Association*, fui vice-presidente, depois fui presidente, e membro de comitês acadêmicos. Foi uma experiência muito interessante, onde tive a oportunidade de conhecer grandes historiadores como a Mercedes Vilanova, Alessandro Portelli, Henry Rousso e também de participar em eventos de vários países, de publicar em revistas internacionais. Então foi algo muito importante. E, nos últimos quinze anos, acabei me direcionando muito também para a área de Historiografia e Ensino de História. Isso se iniciou a partir de 1997, quando eu fui fazer o meu pós-doutorado na França.

MD e FASN: É quando o campo do Ensino de História teve um *boom* no Brasil, não é?

MMF: Exatamente. Na verdade, minha inserção no Ensino de História é mais a História do Ensino de História na Universidade. Trabalho mais com a criação dos cursos universitários de História, como esses cursos foram criados no Rio de Janeiro; foram os primeiros cursos, juntamente com a USP, na Universidade do Distrito Federal, na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Este é e continua sendo o meu tema principal de pesquisa.

MD e FASN: E orientou muitos trabalhos... fez muitas parcerias internacionais...

MMF: Orientei muitos trabalhos. A partir de 1986 eu fiz concurso para a UFRJ, para, na época,

o Departamento de História, hoje Instituto de História, onde eu estou há quase 30 anos. Lá sempre atuei como professora de História do Brasil Republicano, fosse Primeira República, fosse o pós-1930. Levei muito a linha de pesquisa em História Política do Rio de Janeiro e também muito trabalho com História Oral. Na verdade, eu iniciei na UFRJ esse trabalho com História Oral. Quando eu entrei na Pós-Graduação, comecei a ministrar cursos de Historiografia, Memória, História Oral, o que era algo muito problemático e visto com muita desconfiança pelas pessoas. Eu fui a primeira pessoa a trabalhar com isso. Felizmente, hoje tem muitos outros colegas que fazem esse trabalho e é uma área já muito consolidada e sem problemas. Mas quando eu comecei, eu era sozinha na História da UFRJ nessa temática. Publiquei muitas coisas sobre História do Tempo Presente, os problemas, as dificuldades e as vantagens da História recente. Fui uma das primeiras pessoas a começar a discutir a ideia do que era a História do Tempo Presente, até por conta da História Oral que tem um *link* muito forte com a História do Tempo Presente. Hoje eu sou Professora Titular de História do Brasil na UFRJ e coordenadora do Mestrado Profissional de Ensino de História, que foi criado em 2012 a partir de um grupo de professores, colegas aqui do Rio de Janeiro, inicialmente, e depois de outros estados brasileiros. Inicialmente nós começamos com 12 universidades que aderiram ao ProfHistória³ e agora estamos num trabalho de incorporar os novos 18 núcleos que foram aprovados e que a gente espera que possam ser efetivados esse ano, no meio de todas essas dificuldades. E o tema dessa entrevista tem a ver com duas atuações minhas: uma é o meu próprio objeto de estudo, que é a criação dos cursos universitários de História, é exatamente um tema que fala da profissionalização. Quer dizer, na década de 1930, o que faz com que um campo que era de atividade de autodidatas, de intelectuais, de políticos, de pessoas sem uma formação específica, para um momento – a partir de 1934-1935 – quando é criado o curso de História da USP e o curso da Universidade do Distrito Federal, a UDF. Então, a profissionalização do historiador começa exatamente com esses cursos. De certa forma, esse é o tema da minha pesquisa. Além do mais, tenho uma aproximação com o tema dessa entrevista em função da minha participação na ANPUH, como editora da *Revista Brasileira de História*. Fiquei quatro anos à frente da revista, de 2009 a 2013. Na primeira gestão (2009-2011), o presidente era o professor Durval Muniz Albuquerque Júnior e, na minha segunda gestão (2011-2013), era o professor Benito Schmidt.

MD e FASN: Como avaliar esse momento – de 2009 até o presente – de decisivo esforço da ANPUH e de grande parte da comunidade de historiadores/as para que a profissão de historiador seja regulamentada no Brasil?

MMF: Como eu disse, em função de estar participando da diretoria da ANPUH na condição de editora da *Revista Brasileira de História*, acompanhei muito esses esforços. Na verdade, essa discussão sobre a profissionalização, a criação da profissão do historiador, é antiga, é muito anterior. Eu me lembro que 15 ou 20 anos atrás essa questão já estava em pauta; várias diretorias da ANPUH discutiram esse assunto e tentaram desenhar projetos, mas na verdade não foi muito adiante. Foi efetivamente na gestão do professor Durval Albuquerque Júnior que houve uma retomada e uma intensificação desse projeto, de discutir, de desenhar, de fazer um esforço junto a lideranças políticas; daí, inclusive, que o Paulo Paim acabou formatando esse projeto. Eu me lembro que houve essa primeira discussão na gestão do Durval como presidente da ANPUH e que esta questão foi retomada na gestão do professor Benito Schmidt, porque aí o projeto já estava para ser aprovado, como de fato foi, inicialmente, no Senado e gerou uma grande discussão. Num dado momento, eu inclusive fui com as professoras Lucília Neves e Ismênia Lima Martins para Brasília, ficamos um dia inteiro circulando na Câmara; depois que o projeto foi aprovado no Senado, foi para a Câmara e ficou sob discussão para ser aprovado. E nós fizemos um grande esforço, de conversar com vários deputados, de ir a vários gabinetes, mostrar a importância da profissionalização, mas acabou que houve muitas resistências de várias entidades como a própria SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) (<http://www.sbpnet.org.br/site/>), como a própria Associação Brasileira de Educação (<http://www.abe1924.org.br/>), a Sociedade Brasileira de História da Ciência (<http://www.sbh.org.br/>) e muitas outras. Vários se colocaram, e muitos historiadores e até professores de História se manifestaram publicamente contra essa regulamentação. Então, vamos detalhar um pouco mais isso. Esse primeiro projeto definia efetivamente que para ser professor de História e receber o título de historiador você teria que ter algum nível de formação formal em História, ou Licenciatura, ou Mestrado, ou Doutorado. Quem não tivesse uma dessas formações em História não poderia ter a sua situação regulamentada. Isso gerou um problema muito grande. Primeiro, as pessoas misturaram muita coisa, achavam que não se poderia usar o título de historiador ou não se poderia escrever sobre História.

³ Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória); ver CAPES (2015).

É claro que isso não estava em jogo. Todo mundo que quiser escrever sobre História pode escrever; todo mundo que quiser se autodenominar historiador, igualmente; mas, na verdade, as pessoas não querem só se definir como historiador. Vários setores da comunidade acadêmica não concordam que haja essa restrição para a definição do que é o ofício do historiador. E por quê? Na verdade, isso é um bem e é um mal do campo da História como uma disciplina, porque todo mundo se acha historiador. Todo mundo. A pessoa é antropólogo e escreve alguma coisa que tenha um *link* com a História, usando fontes históricas, é historiador; o cientista que escreve alguma coisa que tenha algum tipo de abordagem histórica, ele já se acha também um historiador. E até mesmo na Educação Básica existem pessoas que acreditam assim: você pode ser professor de História sem ter qualquer formação em História. Eu, inclusive, há pouco tempo, participei de uma reunião com pessoas de diferentes formações que diziam que ser professor de História qualquer um pode ser, porque entendem que é contar uma história. As pessoas não se dão conta, não dimensionam o que é ser um profissional de História e o que isso envolve. Muitos acham que ser um profissional de História é meramente narrar uma história. E, inclusive, isso gera uma série de confusões entre o que são relatos memoriais, o que são pesquisas que podem até ter uma abordagem histórica, mas que estão longe de reunir aquelas qualidades ou aqueles atributos que consideramos fundamentais para a escrita da História pautada em regras que busquem uma cientificidade. Essa é uma grande questão, porque mesmo na imprensa, na mídia, a quantidade de pessoas que se autodenominam e que são denominadas pela mídia como historiadores é muito grande. Todo mundo acha que é historiador, o que é diferente em outras disciplinas: na Geografia, a pessoa que é geógrafa, é geógrafa; não é qualquer um que se autodenomina geógrafo; ou mesmo a pessoa que é físico, químico, matemático... ninguém vai se arvorar a ser químico até porque existe um Conselho Regional de Química, existe um Conselho de Física, de Arquitetura, e de História, não; História é um campo em que todos se acham com capacidade profissional. Isso tem um lado que não é de todo negativo, porque significa que a História é um campo de grande interesse, mesmo quando hoje vários historiadores levantam a questão ‘qual é o lugar da História hoje?’, ‘a História está em crise?’,... Historiadores como François Hartog, Christopher Charle, colocam essa discussão na mesa e dizem que, hoje, todos esses problemas –relacionados com a aceleração do tempo, com o imediatismo das sociedades contemporâneas – a História estaria vivenciando, enfrentando dificuldades para o seu reconhecimento. Mas se, de um lado, essas análises podem conter elementos importantes com que a gente

possa concordar, de outro, existe também um desejo, um interesse das sociedades, muito grande em lidar com o passado, com a memória e com a História.

Mas voltando à questão da profissionalização do historiador, o projeto acabou por gerar uma resistência muito grande. Depois, alguns profissionais da área de História vieram a público, à imprensa, para criticar e combater a ideia da profissionalização alegando que, por exemplo, Faoro (*Os donos do poder*) escreveu um livro fantástico e nunca foi historiador, Vitor Nunes Leal escreveu outro livro fantástico (*Coronelismo, enxada e voto*) e nunca foi historiador. Ou seja, você tem grandes obras que não foram feitas por historiadores. Mas são momentos históricos e geracionais diferentes. Há 20, 30 ou 50 anos, o número de profissionais de História era relativamente pequeno. Esse processo mesmo de profissionalização é recente. Primeiro, quando os cursos universitários foram criados, eles foram criados para formar professores e não para formar historiadores. No meu livro *A História como ofício*, mostro que tanto na USP, quanto na UDF, na Faculdade Nacional de Filosofia e em outros estados brasileiros, mesmo na URGs, que depois vem a ser a UFRGS, os cursos de Licenciatura estavam voltados exclusivamente para a formação de professores e a escrita da História continuava a ser feita fora desse espaço profissional de formação. Então, o historiador continuava sendo o erudito, ou que estava no Instituto Histórico, ou que ocupava funções diferentes. É fundamentalmente a partir da institucionalização dos cursos de pós-graduação, nos anos 1970, onde, de fato, vamos ter um foco maior na formação de profissionais com especialidade em escrever História, em trabalhar publicando dissertações de mestrado, teses de doutorado, que vão crescer fortemente em qualidade e em número. Hoje a área de História tem 65 programas de pós-graduação, tem uma produção enorme. Existem profissionais de História, formados, situação muito diferente de 50 anos atrás. Então, é legítimo que estas pessoas queiram ter uma regulamentação da sua profissão e da sua atividade. Depois muitos dizem: ah, mas fazer uma regulamentação da profissão do historiador é uma coisa corporativista, é uma coisa atrasada... Olha, acho até que regulamentação das profissões é uma prática corporativa, sem dúvida. Acontece que, e é engraçado, que outros campos que têm convergência com o nosso são regulamentados. Isso deixa o profissional de História numa situação muito desvantajosa, porque se você vai para um arquivo, você tem o arquivista, que é profissional, a profissão dele é reconhecida e nenhum arquivo pode funcionar sem arquivistas formados; as bibliotecas precisam ter os bibliotecários, formados; museus: têm que ter os museólogos. Então, estes campos que são campos correlatos ao que seria a atividade do historiador são regulamentados e o campo do historiador

é que não é. Eu tenho alunos que são meus orientandos de doutorado ou foram, que estão trabalhando em museus ou em centros culturais e eles simplesmente são técnicos de assuntos culturais, porque não existe concurso que abra vaga para historiadores. Abre para museólogos, abre para arquivistas, abre para bibliotecários, mas não para historiador. Isso, na verdade, deixa as pessoas formadas em História numa situação muito desvantajosa. Então, tudo bem, é corporativismo? É. Mas a nossa sociedade é organizada dessa maneira. Se a História não vai poder regulamentar a sua profissão... essas regras que restringem a participação desses outros campos correlatos à História também teriam que ser flexibilizadas, o que não acontece. Eu sou defensora de que deve haver uma regulamentação do ofício do historiador. Por esses motivos, primeiro que o conhecimento histórico não é contar história, narrar história pura e simplesmente como muitos acham, seja para ser professor da Educação Básica, seja para ser pesquisador num museu, num centro cultural, num centro de pesquisa, numa biblioteca. Acho que é importante ter essa formação, para a pessoa entender que o conhecimento histórico não é uma coisa naturalizada. Essa é a grande questão. Mas que o conhecimento histórico é produzido, de acordo com certas regras do nosso *métier*, que é análise de fontes, confronto de informações, uso de conceitos, abordagens teóricas que permitem que você faça, de fato, uma escrita que seja consistente e fidedigna. Não estamos nem falando de verdade histórica, porque acho que nem é possível de atingir, mas produzir um conhecimento fidedigno, no contexto em que ele é produzido, que possa ser verificado, confrontado, discutido, é fundamental.

MD e FASN: O Projeto de Regulamentação da Profissão de Historiador apresenta-se bastante flexível em relação ao exercício da atividade de historiador, uma vez que não considera como “historiador” exclusivamente indivíduos que são graduados em História. Nesse sentido, mesmo com a concepção demasiadamente alargada sobre a identidade profissional, como caracterizar politicamente a persistência do debate entre contrários e favoráveis ao Projeto, inclusive entre a própria área?

MMF: A discussão do corporativismo, de achar que regulamentar seria abraçar a ideia corporativista, é bastante forte, mas o que eu vejo é que se os outros têm as suas corporações e defendem os seus interesses, inclusive de colocação no mercado de trabalho, acho que os profissionais de História também devem fazer isso.

O projeto anterior era muito mais restritivo, quer dizer, quem poderia ser considerado, registrado como historiador, teria que ter uma das prerrogativas de formação, não era só a graduação, poderia ter doutorado em História

ou mestrado em História, seria o equivalente, teria algum nível de formação específica em História. Mas esse projeto não foi aprovado. Há uma grande confusão também entre história vivida e História como campo profissional. Sempre se diz: todos nós somos atores históricos, todos nós fazemos história; o indivíduo deve fazer história, ele deve se manifestar... Essa distinção entre história vivida e História como campo disciplinar, de pesquisa profissional, é importante, pois são coisas diferentes. Por quê? Porque uma coisa é o papel social dos indivíduos, e outra coisa é um campo profissional que tem regras, que tem formas de trabalho, que tem pressupostos de caráter teórico-metodológico. Essa discussão, inclusive, foi, e ainda é, muito forte na História Oral, porque muita gente acha que o relato, o depoimento, as memórias que uma pessoa conta ou escreve já são História, no sentido disciplinar. E, na verdade, na minha concepção e de muitos colegas, o que a gente produz com o método de História Oral não é a História no sentido de uma narrativa fidedigna, mas é uma narrativa que é uma fonte histórica, que deverá ser objeto de análise, de confronto com outras fontes, escritas ou orais, de maneira que você possa apurar, analisar, criticar aquele conteúdo, aquelas informações que estão sendo veiculadas. É claro que se pode dizer que existem trabalhos de pessoas que nunca foram historiadores e que produzem, mesmo hoje, trabalhos maravilhosos, extremamente consistentes, rigorosos do ponto de vista de pesquisa, do ponto de vista metodológico, até melhor do que dos historiadores. Mas, tudo bem, isso não é a regra! Em função dessas críticas e dessas enormes resistências que surgiram ao primeiro projeto, foi feito esse segundo projeto, que já foi objeto de uma negociação e levada já na gestão do professor Rodrigo Patto, que buscou uma solução conciliatória de caminhar no sentido de conquistar, de aprovar a profissionalização, a regulamentação do ofício do historiador e, ao mesmo tempo, lidar com essas barreiras e com essas resistências. E agora, eu não entendo, sinceramente, por que essa resistência continua, porque o projeto foi muito flexibilizado. Hoje, não só quem tem formação em História, mas também quem atua como, os professores de História, de História da Ciência, de História da Química, História da Biologia, porque todos os cursos sempre têm uma cadeira de História. Isso é, na verdade, o que gera um pouco desse debate e dessa confusão... porque em todos esses cursos – História da Técnica, História da Educação, História da Filosofia, História da Arte – todos esses campos têm, sempre, uma disciplina de História. E evidentemente, se aquele primeiro projeto fosse aprovado, para ocupar uma dessas vagas, nas universidades, especialmente nas públicas, teria que ter uma formação específica em História, o que restringiria muito o campo de pessoas que são físicas e resolvem dar aula

de História da Física, que são filósofos e vão dar aula de História da Filosofia, enfim. No caso, acho até que para as Ciências Humanas não há maiores dificuldades, porque Filosofia, Sociologia, Educação são áreas de Humanas e têm certas práticas de pesquisa que são semelhantes. Mas, no caso de outras áreas, muitas vezes a maneira como se escreve a História de uma técnica ou de uma disciplina é muito simplista, é muito simplificadora, muito descritiva, sem ter um rigor teórico. E às vezes são livros muito ruins.

MD e FASN: O Projeto intensificou o debate acadêmico e social sobre o ofício e a função do historiador e do professor de História e, ao menos as três últimas gestões da ANPUH Nacional – representadas por seus presidentes, os professores doutores Durval Muniz de Albuquerque Júnior, Benito Bisso Schmidt e Rodrigo Patto Sá Mota – foram chamadas à discussão. Que balanço pode ser feito a respeito desse debate que vem sendo realizado nos últimos anos e sua importância para os/as historiadores/as e para a sociedade brasileira?

MMF: Primeiro, eu acho que estas iniciativas, tanto do professor Durval, professor Benito e professor Rodrigo, foram muito importantes, porque demonstraram uma organização da ANPUH, um investimento nesse tipo de objetivo. E também colocou em pauta essa própria discussão de qual é o lugar do historiador, para que serve a História. De certa maneira, hoje, se a gente sai dessa questão do ofício, a regulamentação do ofício do historiador e entra na Base Nacional Curricular Comum que está em pauta no momento, você vê o debate e os conflitos que isso está gerando. A questão maior é exatamente o que é o conhecimento histórico, o que se deve ensinar em História na Educação Básica, que História nós queremos que as nossas crianças e os nossos jovens aprendam. Essa é uma discussão enorme, não só que está provocando um debate de uma maneira geral, entre jornalistas, mas na própria comunidade dos historiadores. As discussões têm sido ferozes, muitas vezes ideologizadas de maneira exagerada, um lado ideológico que, no fundo, quando você discute que História ensinar, você está discutindo: que país é este? Quem somos nós? Qual a nossa identidade? Esse é o cerne da discussão que está em pauta no momento. E aí tem uma linha que vai dizer o seguinte: o importante é a nossa herança europeia, a gente não pode abrir mão dessa predominância europeia, cristã, ocidental e, consequentemente, é muito importante dar um espaço muito maior para a História da Europa e a História Ocidental. De outro lado, tem uma outra linha que combate e diz: não, o importante é nós valorizarmos a influência das culturas

ameríndias, das culturas afro, que tiveram tanta relevância no Brasil, para a formação da nação brasileira. Esse é o cerne da discussão. Além disso, tem outra discussão, também sobre a Base, que é: que concepção de História a gente quer tornar dominante? Vamos estar trabalhando com a ideia de processo histórico, com a ideia de valorizar temporalidades, ou vamos privilegiar determinados temas, muitas vezes de uma forma que esses temas não se conectam, temas que são de difícil articulação da maneira como estão explicitados. Agora, todas as ANPUHs regionais estão debatendo, vão produzir um documento e a [ANPUH] nacional vai se posicionar sobre isso.⁴ O que eu sinto é que existe uma discussão e uma divergência muito grande. Eu não sei se será possível estabelecer um consenso mínimo para essa Base através da importância dos debates da ANPUH e de outros órgãos. Pessoalmente, sou favorável à existência de uma base nacional e creio ser importante valorizar a história do Brasil e da África, mas precisa haver um equilíbrio.

MD e FASN: O Projeto estabelece, aos/às historiadores/as, uma série de atribuições (artigo 4º). Pode ser reconhecido como profissional (historiador/a e professor/a de História) não apenas quem possui graduação em História (Licenciatura ou Bacharelado). Assim, perguntamos: uma vez aprovado o Projeto, o magistério da disciplina História ficará (ou continuará) comprometido?

MMF: Olha, eu não sei. O que eu vejo hoje é que tem muitas pessoas que já dão aulas de História e não são licenciadas em História. Muitas vezes, não é nem por uma questão de que seja ou que não seja; a gente viu isso no ProfHistória; quando a gente fez o regulamento do ProfHistória, inicialmente tínhamos dito: a pessoa tem que ser licenciada em História. Só que vimos também, em seguida, que havia muitas pessoas dando aula de História, hoje, sem ter uma Licenciatura em História. E a razão é porque simplesmente naquelas localidades não existem pessoas formadas em História; existem muitas pessoas formadas em Letras, formadas em Geografia, Sociologia. Mas, então, voltando à questão do ProfHistória, nós chegamos à conclusão de que aquilo que estabelecíamos não atendia as demandas da área. Então, se ele era sociólogo, pedagogo, enfim, mas se estivesse atuando na Educação Básica como professor de História, ele poderia se candidatar a fazer o ProfHistória e a ter, inclusive, bolsa da CAPES. Tem muita gente aí, ainda, que não tem a graduação específica na qual ela atua. Essa é uma questão que não sei se será totalmente resolvida a curto prazo. Não no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul... mas eu digo em

⁴ A ANPUH redigiu e publicou em sua página eletrônica a "Manifestação Pública" da entidade sobre a BNCC no dia 11 de março de 2016. Ver ANPUH (2016).

regiões mais distantes. Criou-se a disciplina de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio, mas não tem pessoas com formação em Licenciatura em Sociologia e Filosofia. A maioria das pessoas que dá aula de Sociologia e Filosofia são pessoas licenciadas em História.

MD e FASN: E as outras atribuições dos historiadores, como, por exemplo, “seleção de documentos para fins de preservação” e elaboração de pareceres, relatórios e projetos, ficarão (ou continuarão) comprometidos, caso o Projeto seja aprovado?

MMF: Talvez os historiadores não garantam esses espaços de maneira exclusiva, na forma da lei. O museólogo pode fazer, o arquivista com uma boa formação. Penso que, com essas atribuições melhor definidas, o historiador pode ter muitas possibilidades em campos muito ligados à área pública, a museus, arquivos, arquivos municipais, estaduais. Vai abrir espaço para que o profissional de História concorra a estas vagas e fique registrado como historiador. Acho que é uma vantagem, mesmo que também possa, naquela função, ter um sociólogo, ou filósofo, museólogo. Mas, pelo menos, não vai restringir para outros, mas vai definir um espaço para ele [o historiador], coisa que hoje não acontece. Todas as pessoas que são formadas concorrem a estes cargos, nessas entidades públicas, eles são técnicos em assuntos culturais, o que faz com que sejam pior remunerados e até fiquem mesmo com posição hierárquica inferior ao arquivista ou museólogo. Mas eu acho que é um ganho.

MD e FASN: Segundo o Projeto, o magistério da disciplina História na Educação Básica compete ao profissional da área desde que cumprida a exigência de licenciatura, conforme a LDB. Como a licenciatura não necessariamente deve ser em História, qual o avanço do Projeto em relação à situação atual, quando se percebe que em muitas escolas públicas brasileiras existem professores de outras áreas do conhecimento ministrando a disciplina História? Estamos diante de quais possíveis implicações, teóricas e políticas, para as aulas de História, considerando toda a discussão historiográfica sobre as especificidades do ensino de História, especialmente agora quando se discute a Base Nacional Curricular Comum?

MMF: Independentemente da lei, como eu já disse, muitas pessoas que atuam na Educação Básica têm licenciatura, mas não têm formação em História; são graduadas em Pedagogia ou Sociologia... Porque naquela região, naquele estado, naquela cidade, você não tem um profissional formado naquela atividade. É uma questão que está aí e que já existe e vai continuar existindo. Claro

que uma pessoa que é formada em História terá, se houver uma oferta importante de profissionais de História para um concurso de magistério, de secretaria de educação de um estado, uma chance de fazer uma prova melhor, do que uma pessoa que não tem uma formação em História.

MD e FASN: Uma formação inicial, não é?

MMF: Sim, um indivíduo que passou quatro anos, que estudou História Antiga, História Medieval, História Moderna, enfim. Ele tem mais chances de ter sucesso numa prova do que uma pessoa que não teve esta formação. Mas isso não é obrigatório, pode ser que até tenha uma pessoa que estude muito para disputar essa vaga. Primeiro, eu não sei, para mim ainda é uma incógnita, qual será o formato final dessa Base. No momento, pelo que eu tenho acompanhado, existe um projeto de reformulação, daí, inclusive, a própria comissão que produziu a Base está solicitando pareceres, sugestões de profissionais e de entidades. A posição que a ANPUH vai apresentar, certamente, será relevante para o fechamento do projeto final. Então, ainda é muito prematuro dizer qual será o impacto dessa Base. De qualquer forma, se ele fosse se manter como está, teria que provocar uma mudança grande nas licenciaturas em História. Sem dúvida, teria que se ter uma formação diferenciada. Agora, embora eu veja a Base Nacional com alguns problemas, pessoalmente acho que a existência de uma Base é positiva. Tem pessoas que são contra ter uma Base Nacional. Eu não sou. Acho que ter uma Base Nacional, definir determinados temas-chave, determinadas questões-chave que possam ser ensinadas, que possam ser trabalhadas nas escolas do país, eu acho positivo. Agora, naqueles quatro eixos que a Base propõe, em todos os níveis – Fundamental um, Fundamental dois, Ensino Médio – os conteúdos e os objetivos são apresentados dentro de quatro eixos... Aquele primeiro eixo, sobre documentação e fonte, é muito interessante, porque é uma forma de chamar a atenção da criança e do adolescente sobre o que é uma fonte histórica, como se lida com uma fonte. Esse aspecto é muito positivo. Tem outros aspectos que são mais difíceis de serem implementados.

O desafio maior da Base é rever como pode contemplar mais a questão da temporalidade, sair dos temas fragmentados e propor um modelo em que as temporalidades sejam contempladas e melhor articuladas.

MD e FASN: Quando o Projeto define as atribuições dos/as historiadores/as, destaca algumas atividades como sendo parte do ofício do/a historiador/a, envolvendo expressões como “pesquisa histórica”, “informação histórica”, “temas de História”, “temas históricos”, mesmo sem destacar o que se entende por

“histórico/a”. Como relacionar estas especificidades do trabalho do/a historiador/a apresentadas no Projeto com os entendimentos sociais sobre História e sobre o papel do/a historiador/a? Que implicações teóricas essas especificidades podem gerar para o ensino de História?

MMF: Acho muito difícil de se precisar isso. Em determinado momento, uma entidade que vai fazer um concurso, uma seleção, dentro dessas rubricas, possa fazer algum tipo de detalhamento, como o que determina que, para ocupar esse lugar, necessita saber lidar com temas históricos. Não tem como precisar muito, em função da largueza de quando se fala em um tema histórico. Não dá para se levar a discussão por esse caminho. O que eu vejo de vantagem, já que não é possível fazer prescrição e dizer que para se ter o título do ofício de historiador tem que ter uma formação específica em História (ou graduação, ou mestrado, ou doutorado). A comunidade de historiadores não tem força suficiente para impor esse tipo de projeto para ser aprovado no Congresso. Tem outras forças que resistem, confrontam, criticam. Então, o primeiro projeto de lei foi abandonado e foi feito outro que apenas cria a profissão do historiador, mas não consegue definir com precisão o que é esta profissão. Foi colocado de uma forma alargada, onde a concretização vai se dar nos espaços, nas escolas. A escola vai poder definir se vai contratar alguém que é formado em História ou formado em Sociologia,

ou em Pedagogia. Esse projeto é uma espécie de “guarda-chuva”, ele cria a denominação “profissão do historiador”, ele regulamenta essa profissão, mas não define claramente quem é que pode usufruir dessa definição.

Referências

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA (ANPUH). 2016. Manifestação pública da ANPUH sobre a Base Nacional Comum Curricular. ANPUH, 10/03/2016. Disponível em: <http://site.anpuh.org/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/3352-manifestacao-publica-da-anpuh-sobre-a-base-nacional-comum-curricular>. Acesso em: 16/03/2016.
- CAPES. 2015. Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória). Disponível em: <http://capes.gov.br/educacao-a-distancia/profhistoria>. Acesso em: 16/03/2016.
- FERREIRA, M.M. 2006. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 192 p.
- FERREIRA, M.M. 2010. *Memória e identidade nacional*. Rio de Janeiro, Ed. FVG, 328 p.
- FERREIRA, M.M. 2013. *A História como ofício – A constituição de um campo disciplinar*. 1ª ed., Rio de Janeiro, Ed. FGV, 464 p.
- FERREIRA, M.M.; ALMEIDA, L. (orgs.). 2014. *História do tempo presente*. 1ª ed., Rio de Janeiro, Ed. FGV, 316 p.
- FERREIRA, M.M.; AMADO, J. (orgs.). 1996. *Usos e abusos da História Oral*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Ed. FGV, 304 p.
- FERREIRA, M.M.; FRANCO, R. 2013. *Aprendendo História: Reflexão e ensino*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Ed. FGV, 176 p.